



A condução de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO): parcerias e efeitos na gestão da visitação

Guiding visitors in the Chapada dos Veadeiros National Park (GO): partnerships and effects on visitation management

Natália de Oliveira Maboni, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues,
Celso Roberto Canto-Silva

RESUMO: A condução de visitantes, realizada por moradores locais, vem se consolidando na dinâmica do turismo em parques nacionais. Compondo uma alternativa socioeconômica que visa conciliar a conservação da natureza e a geração de trabalho e renda, a gestão de parques nacionais, em parceria com outras instituições, vem promovendo cursos de capacitação em condução de visitantes como uma das possibilidades de atuação no turismo. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) foi uma das primeiras unidades de conservação a propor um curso neste sentido, em 1991. O presente artigo buscou compreender o papel da condução de visitantes na dinâmica de visitação do Parque, considerando a contribuição da atividade na prestação de serviços de apoio à visitação e suas imbricações no que tange à sua relação com a gestão da área. A partir de levantamento e análise de referencial bibliográfico, com destaque para pesquisas recentes realizadas na região, e de entrevistas com condutores locais e analistas ambientais do Parque Nacional, os resultados da pesquisa evidenciam uma relação positiva entre a gestão e os condutores de visitantes. Foi registrada a atuação dos condutores em uma diversidade de iniciativas, a exemplo do manejo e abertura de trilhas, no combate a incêndios e condução de pesquisadores e escolas, entre outras. A mudança na dinâmica de visitação do Parque, devido ao início da atuação da concessão e à cobrança de ingressos, tem gerado diferentes opiniões dos condutores sobre esta modalidade de parceria, repercutindo questionamentos quanto às atividades de visitação que vêm sendo implementadas e às modificações da infraestrutura que a concessionária propõe. Neste contexto, salienta-se a relevância da promoção de uma gestão participativa, transparente e incluyente, das parcerias em curso no Parque, no intuito de fortalecer o controle social através da valorização das diferentes iniciativas do conselho gestor, do fomento de pesquisas acerca da experiência do visitante e do incentivo da corresponsabilidade mediante ao planejamento participativo das parcerias.

PALAVRAS CHAVES: Parcerias Público-Privadas; Ecoturismo; Condução de Visitantes; Parques Nacionais.

ABSTRACT: The guidance of visitors, carried out by local residents, has been taking shape within the tourism dynamics in national parks. Representing a socioeconomic alternative that aims to reconcile nature conservation and the generation of work and income, the management of national parks, in partnership with other institutions, has been promoting training courses in the guidance of visitors as one of the possibilities for working with tourism. The Chapada dos Veadeiros National Park (Goiás), was one of the first protected natural areas to propose a course in this regard, in 1991. This article sought to understand the role of the guidance of visitors in the dynamics of the Park's visitation, considering the contribution of the activity in the provision of services to support the visitation carried out by local guides and imbrications regarding their relationship with the management of the area. Based on a survey and the analysis of bibliographic references, with an emphasis on recent research carried out in the region and interviews with local guides and environmental analysts of the National Park, the results of the research show a positive relationship between management and visitor guides. The research recorded the work of local guides in a variety of initiatives, such as the management and opening of trails, firefighting, and guiding researchers and schools, among others. The change in the Park's visitation dynamics, due to the beginning of the concession and the collection of tickets, has generated different opinions from guides about this type of partnership, echoing questions regarding the visitation activities that have been implemented and the changes in infrastructure that the concessionaire proposes. Within this perspective, we highlight the importance of promoting participatory, transparent and inclusive management of partnerships in progress in order to strengthen social control through the appreciation of the different initiatives led by the management board, the promotion of research on the visitor's experience, and the encouragement of co-responsibility through the participatory planning of partnerships.

KEYWORDS: Public and Private Partnerships, Ecotourism, Visitor Guides, National Parks.

Introdução e aspectos conceituais

No campo ambiental, as parcerias estabelecidas entre as esferas pública e privada podem ser implementadas com o propósito de apoiar a visitação em unidades de conservação, em especial nos parques nacionais, sendo compostas por diferentes arranjos institucionais, com e sem fins lucrativos. Cumpre salientar que a formalização dessas parcerias está inserida em uma conjuntura desafiadora no que tange aos ideais referentes à gestão do uso público e o significado dos valores públicos destas unidades de conservação (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019).

A visitação em parques nacionais vem sendo incentivada como uma alternativa econômica que promove a inclusão das comunidades locais e o envolvimento de diversos atores na gestão do uso público, através do uso indireto de seus recursos naturais por meio de atividades recreativas, de

educação e interpretação ambiental, da realização de pesquisa científica e do turismo ecológico (BRASIL, 2000; PASSOLD; KINKER, 2010; IRVING; MATTOS; RODRIGUES, 2015).

No ano de 2021, foram registrados 16 milhões de visitas em unidades de conservação federais (ICMBio, 2022) e, em consequência da crescente visitação, as demandas referentes à qualidade e oferta de serviços diversos também aumentaram. Conforme Barbosa *et al.* (2022) destacam, houve um acréscimo de 20,4% de visitas no ano de 2019, comparado ao número registrado em 2018, sendo que 6,4% se relacionam ao aumento real das visitas e 14% à melhora do monitoramento do número de visitantes nessas áreas.

A gestão do uso público contempla diferentes fatores e implementação de agendas por parte dos órgãos ambientais com o objetivo de fortalecer a função pública das áreas protegidas junto às demandas da sociedade. Em termos práticos, o manejo da visitação inclui compreender as particularidades das unidades de conservação, conectado às propostas e possibilidades de experiência de visitação em determinada área protegida, envolvendo as seguintes questões: tipos de infraestrutura, serviços e conveniências ofertados aos visitantes, implantação de normas e regulamentos e o envolvimento das comunidades residentes no desenvolvimento do turismo local (ICMBio, 2018).

Nesse sentido, as autoras Rodrigues e Irving (2015) ressaltam que a contribuição da iniciativa privada na gestão do uso público dos parques nacionais pode ocorrer a partir de diferentes arranjos institucionais. No contexto da política de unidades de conservação, as parcerias entre as esferas público e privada estão previstas no art. 33 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta, nos art. 28 e 29.

Ao dispor sobre a autorização de exploração comercial de produtos e subprodutos, a partir da prestação de serviços de apoio à gestão da unidade de conservação, a lei salienta a necessidade de estudos de viabilidade econômica e da participação de pessoas físicas ou jurídicas, respaldadas pela legislação e demais normas que regularizam os diferentes arranjos institucionais (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002).

Além da regulamentação do SNUC, a Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018, determina a concessão de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais, voltadas para à visitação, ao ecoturismo, à educação e interpretação ambiental e às atividades recreativas em contato com a natureza, sucedendo ou não, a efetivação de obras de infraestrutura, mediante a licitação (BRASIL, 2018).

A Portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nº 289, de 3 de maio de 2021, prevê em seu art. 2º, inciso V, a prestação de serviços de apoio à visitação por meio de contrato de concessão, ou ato unilateral, caracterizado pela permissão e autorização de uso (ICMBio, 2021).

Nesse contexto, apresentam-se determinados indicadores que podem ser adotados pela administração pública, para avaliar e monitorar a qualidade dos arranjos institucionais estabelecidos: a importância da participação social, garantindo que os diferentes atores tenham suas vozes ouvidas e legitimadas na tomada de decisões, e a capacidade de mediação dos diferentes interesses, garantindo uma decisão pautada no bem estar coletivo e na consideração do contexto social, histórico e ambiental (EAGLES, 2009).

Ao destacar os objetivos da visitação pública em um parque nacional, ressalta-se a importância de se estruturar os serviços de apoio correspondentes, considerando os efeitos ambientais e socioeconômicos do turismo nos territórios. A discussão acerca de diferentes propostas de parcerias está intrinsecamente relacionada ao modelo de turismo que se deseja fomentar. Desse modo, aspectos como a equidade social, a igualdade na repartição de bens e a proteção dos patrimônios culturais e ambientais resulta em novos entendimentos e formas de organização do turismo (ZAOUAL, 2009; RODRIGUES; GODOY, 2013).

Em sua reflexão sobre as possibilidades para a realização do turismo em parques nacionais no Brasil, Irving (2015) aponta a existência de diversas alternativas a serem implementadas e que venham a incluir as populações locais no processo de tomada de decisão da atividade turística. Entretanto, a autora ressalta o complexo desafio de se concretizar políticas públicas institucionais voltadas ao tema turismo e inclusão social em um país plural em cultura e biodiversidade.

Não obstante, embora a proposição de um turismo que busque incluir as comunidades residentes, por meio do estabelecimento da parceria para a prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação seja um ambiente fértil, a sua implementação em parques nacionais brasileiros ainda é incipiente. Fato que tem como uma de suas origens a falta de fomento a diferentes arranjos institucionais para a prestação de serviços ao uso público nestas áreas (BOTELHO; RODRIGUES, 2016).

Referente às possíveis maneiras de formalizar as parcerias entre a esfera pública e privada, que envolvam as comunidades locais no ordenamento do turismo, a autorização vem se sobressaindo como uma das modalidades formais de implementação. Esta modalidade de parceria tem possibilitado a inserção de iniciativas locais através de serviços de pequeno porte, a exemplo dos itens de alimentação, venda de artesanato, aluguel de equipamentos, transporte, embarcação e a condução de visitantes (OPAP, 2020).

No entanto, existe uma série de requisitos para que as autorizações sejam concedidas, como a exigência de capacitação profissional, equipamentos adequados e o porte da documentação necessária. Consequentemente, as demandas trazem impactos na constituição da oferta local no que tange à qualificação e à competência de as comunidades residentes sustentarem suas autorizações (OPAP, 2020).

Destaca-se que a atividade de condução de visitantes foi a única parceria estabelecida na modalidade de autorização de uso que, no ano de

2008, já possuía sua própria instrução normativa (Instrução Normativa ICMBio nº 08 de 2008), sinalizando uma demanda pela regulamentação da atividade. Nesse sentido, em 2019 o ICMBio buscou padronizar, por meio de portarias, a prestação de serviços referentes à condução de visitantes, ao transporte aquaviário, à comercialização de alimentos, à locação de equipamentos e ao transporte terrestre (BARBOSA; GUAITANELE; SACRAMENTO, 2022).

Conforme o art. 28 da Portaria ICMBio nº 769, de 2019, os condutores de visitantes credenciados pelas unidades de conservação devem atuar na manutenção de trilhas, mutirões de limpeza, monitoramento da visitação e apoio às atividades de busca e salvamento (ICMBio, 2019). Portanto, o condutor, enquanto parceiro da gestão, pode se envolver em diferentes iniciativas para apoiar a administração e o manejo da unidade de conservação (ICMBio, 2019).

Dados acerca da atividade de condução de visitantes foram constatados por Canto-Silva e Silva (2017), na pesquisa realizada com 64 parques brasileiros, em que os autores registram que 81,25% dos parques nacionais apresentam condutores locais envolvidos na atividade de condução de visitantes. Além disso, a atividade vem promovendo o associativismo em 39,06% dos parques estudados, compondo um total de 32 coletivos. Observa-se, também, no estudo feito por Barbosa *et al.* (2022) em 247 unidades de conservação federais, a correspondência e identificação da realização da atividade de condução de visitantes em 103 destas áreas.

A promoção da condução de visitantes por meio de cursos de capacitação, ofertados em parceria com a gestão das UC, compreende uma das estratégias para a inserção das comunidades locais no processo de ordenamento turístico local e do planejamento da visitação em parques nacionais (FERREIRA; COUTINHO, 2010; BOTELHO; RODRIGUES, 2016; CANTO-SILVA; SILVA, 2017; COTES; ERLER; SCHIAVETTI, 2021).

A condução de visitantes tem sido reconhecida em diferentes documentos de políticas públicas voltados à visitação, como um elo fundamental no incentivo à mudança de atitudes por parte dos visitantes frente à causa ambiental e à sua relação com o ambiente visitado, através de atividades educativas e interpretativas no decorrer da visita (MMA, 2005; MMA, 2006).

Dessa forma, entende-se que a atividade de condução de visitantes em parques brasileiros pode funcionar por meio da parceria estabelecida via autorizações de uso e dos cursos de capacitação promovidos com o apoio dos órgãos gestores, como estratégias que visam mediar possíveis conflitos e dialogar com as comunidades locais, incentivando seu envolvimento no planejamento do turismo destas áreas (FERREIRA; COUTINHO, 2010; BOTELHO; RODRIGUES, 2016; CANTO-SILVA; SILVA, 2017).

Contudo, constata-se que os desafios pertinentes à atividade permeiam os conflitos que envolvem a discussão da obrigatoriedade de condutores para a visitação em parques nacionais, a organização e representação da participação dos condutores locais no processo de

ordenamento do turismo, conexo com as demandas sociais, econômicas, territoriais e ambientais, bem como a padronização, organização e qualificação dos cursos de capacitação ofertados, entre outros (OLIVEIRA; FILHO, 2009; OLIVEIRA, 2010; NOGUEIRA, 2011; TORRES; RAMOS, 2015; SILVA; PIRES, 2016; COTES *et al.*, 2018).

Diante do contexto apresentado, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) se sobressai como uma referência das primeiras iniciativas a implementar a atividade, considerando principalmente a mudança na dinâmica socioeconômica local a partir da criação do Parque. Foi a primeira área protegida a concretizar, em parceria com o Ibama e o terceiro setor, o curso de capacitação de condução de visitantes no ano de 1991 (SARAIVA, 2006; ICMBio, 2009; ANDRADE, 2014).

A capacitação de condutores teve como objetivo promover uma renda alternativa aos garimpeiros da região, mediar os conflitos entre a população local e a gestão, bem como integrar uma das iniciativas que fez parte do processo de ordenamento do uso público do Parque (ANDRADE, 2014).

Face ao exposto, o presente artigo, ao reconhecer a relevância do campo de pesquisa no qual estão inseridas as diferentes modalidades de parcerias para apoiar a gestão de unidades de conservação, visa compreender o papel da condução de visitantes na dinâmica de prestação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e suas imbricações no que tange à gestão da área.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está localizado na região nordeste de Goiás, contemplando os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d'Aliança, a 260 km de Brasília, capital federal do Brasil (Figura 1, próxima página).

Situado no bioma cerrado, o Parque foi criado com o objetivo de proteger esse patrimônio natural, considerado como *hotspot* para conservação da biodiversidade, com uma riqueza de flora, de aves, peixes, anfíbios e insetos, com alto nível de endemismo, além de espécies de mamíferos que estão ameaçados de extinção, a exemplo do tamanduá bandeira, do tamanduá mirim, da onça pintada, do lobo-guará (KLINK; MACHADO, 2005; GOMES, 2017).

No ano de 1989, o Parque suspendeu as atividades de visitação em virtude da necessidade de controlar a degradação ambiental e buscar alternativas para evitar acidentes durante a visitação. Tal ação contribuiu para a realização de iniciativas de planejamento do uso público e das atividades turísticas na área de abrangência do Parque e da Vila de São Jorge, localizada no município de Alto Paraíso de Goiás e entrada oficial para visitação do PNCV (ANDRADE, 2014).

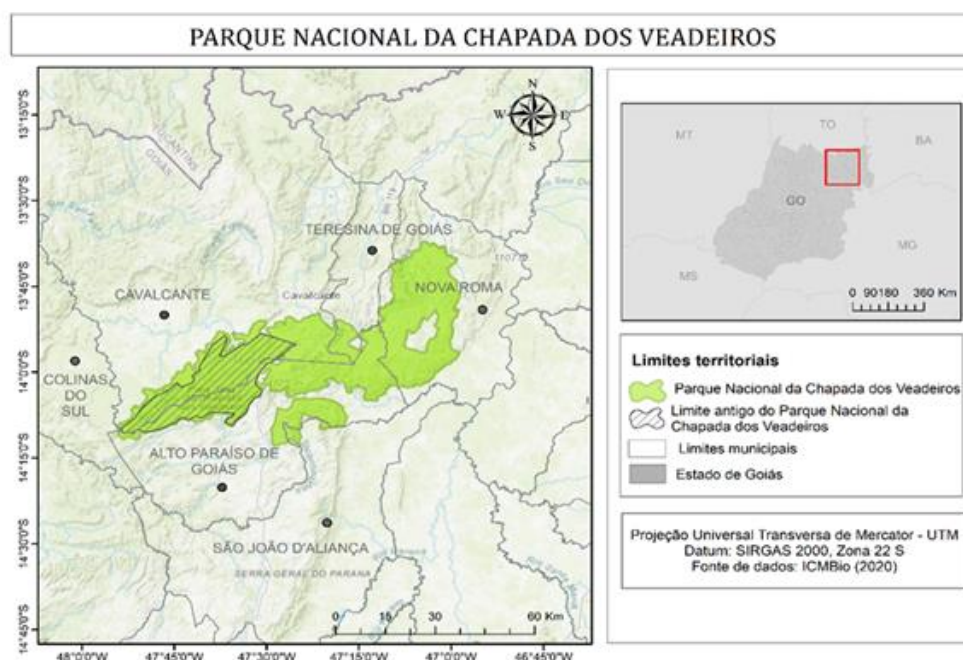


Figura 1: Mapa com novos limites do PNCV segundo o decreto s/n, de 05 de junho de 2017.

Figure 1: Map of the new limits of the PNCV according to decree s/n, of June 5, 2017

Fonte: Maboni (2021).

Source: Maboni (2021).

Mediante a mudança de abordagem do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com relação às atividades econômicas na área do Parque, o diálogo entre o poder público e a comunidade local passa a ser estabelecido em um processo de conciliação entre ex-garimpeiros, que lutavam por uma renda que substituísse a atividade, e a gestão do Parque, acarretando no primeiro curso de capacitação de condutores de visitantes, realizado pelo Ibama em parceria com a organização da sociedade civil Funatura, no ano de 1991 (ANDRADE, 2014).

O crescimento da demanda por turismo colaborou, na década 1990, para que grupos sociais interessados em práticas espiritualizadas se estabelecessem incentivando o turismo esotérico, o que aumentou o número de visitantes e a chegada de novos moradores locais. Em consequência, organizações não-governamentais se estabeleceram na região em prol da proteção do patrimônio natural, a exemplo do Projeto Veadeiros, focado nas iniciativas para apoiar a gestão das UC na região, na promoção do ecoturismo e no apoio de instituições locais como a Associação de Extrativistas de Flores – ASFLOR, a Associação Comunitária de São Jorge – ASJOR e a primeira associação de condutores, a Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVCV (LIMA, 2009).

A titulação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como Patrimônio Natural da UNESCO cooperou para o apoio à sua gestão, através de diversos atores locais constituídos pela comunidade residente e ONGs ambientalistas. Esta mobilização social reflete sobre como a gestão do Parque é um caminho para a conservação e luta contra os impactos das

atividades do agronegócio e sua expansão, da monocultura e da especulação imobiliária (ANDRADE; SOUZA; CUNHA, 2020).

Apesar de ações que buscam mobilizar o desenvolvimento socioeconômico local, registra-se um quadro de vulnerabilidade social, repercutindo na importância do ordenamento do turismo nas áreas de abrangência do Parque, em especial na Vila São Jorge onde se encontra a entrada oficial do PNCV (OLIVEIRA, 2016).

No que diz respeito ao fluxo de visitantes, destaca-se o registro do aumento de 267%, acumulado no período de 2006 a 2016 (GOMES, 2017). Conforme o relatório de gestão do Parque, foi registrado o total de 73.903 visitantes e 79.347 nos anos de 2018 e 2019, respectivamente. Cumpre salientar que, mesmo no período crítico da pandemia foram registrados 37.983 visitantes em 2022 (ICMBio, 2019b; ICMBio, 2022). A dinâmica socioeconômica dos municípios localizados nas áreas de abrangência do Parque vem promovendo o turismo como principal atividade e, em razão disso, novas dinâmicas territoriais quanto ao seu uso e ocupação vêm impactando o contexto social, a qualidade ambiental e a economia local.

Levantamento e análise de referencial teórico e dados secundários

A etapa de levantamento de referencial teórico e de dados secundários envolveu a identificação de trabalhos acadêmicos, livros e artigos que tratam dos temas principais da pesquisa, sendo utilizadas as plataformas de busca e o repositório de dissertações e teses da Universidade Federal de Brasília (UnB), *Researchgate*, *Academia.edu*, *Scielo*, documentos oficiais do ICMBio e Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros.

O levantamento de dados secundários compreendeu, também, a adoção de métodos da etnografia virtual como forma de complementar as questões que emergiram ao longo do campo exploratório no Parque, realizado no ano de 2019, e das entrevistas semiestruturadas realizadas de forma *online* em virtude da pandemia COVID-19, no ano de 2020.

Para os autores Silva e Limongi (2019), o aumento das interações do mundo *online* vem promovendo novas ferramentas e configurações de comunicação e de dados nas pesquisas qualitativas e sociais. Nesse sentido, como base para esta etapa da pesquisa foram escolhidas as plataformas como Facebook, Instagram, documentário *Ser Tão Velho Cerrado de 2018*, disponível na plataforma da Netflix, Youtube, sites de agências de turismo local, sites de associações de condutores de visitantes e notícias de jornais digitais.

Pesquisa de campo e entrevistas

A pesquisa de campo, realizada em junho de 2019, teve caráter exploratório e buscou registrar situações, cenários e sujeitos envolvidos na dinâmica de visitação no PNCV, sobretudo na condução de visitantes. A partir da experiência vivenciada em campo, algumas questões foram delineadas para compor a investigação.

Aspectos como a dinâmica local dos condutores e sua interação com as associações representativas da atividade, a gestão do Parque, a visitação e a percepção dos moradores locais quanto à atividade de condução compuseram as categorias de pesquisa registradas no caderno de campo. Evidencia-se, no contexto do campo realizado, que o processo de implementação das atividades da concessionária para a prestação de serviços de apoio à visitação no PNCV coincidiu com o período do campo exploratório, em que foi possível perceber a geração de uma nova dinâmica no turismo no Parque com repercussão, também, na atividade de condução de visitantes.

As entrevistas foram realizadas buscando abordar alguns questionamentos, tais como: a relação entre os gestores do Parque e os condutores no contexto da gestão da visitação e de outros assuntos relevantes para o Parque; de que forma os condutores entendem sua atividade na dinâmica de visitação do PNCV; e a repercussão da chegada da concessionária na dinâmica de visitação no Parque.

A seleção dos sujeitos participantes das entrevistas foi realizada a partir da interlocução com condutores de visitantes e moradores locais no campo exploratório, envolvendo três perfis de condutores de visitantes que atuam no Parque, bem como os analistas ambientais integrantes da gestão.

A organização a partir de grupos de interlocutores 1, 2 e 3 (Quadro 1) foi inspirada, também, nas pesquisas realizadas por Ferreira e Coutinho (2010), Oliveira Junior (2013) e Andrade (2014), que apontam a mudança do perfil dos condutores de visitantes com a chegada de novos moradores locais e registram a mudança do perfil, a partir do segundo curso de capacitação de condutores, principalmente no que se refere aos grupos 1 e 2.

Quadro 1: Relação de entrevistados por grupo de interlocutores.

Table 1: List of interviewees by group of interlocutors.

Interlocutores entrevistados	
Interlocutores do grupo 1	Condutores de visitantes que nasceram nos municípios que compõem a região da Chapada dos Veadeiros. Neste grupo de entrevistados encontram-se moradores locais, ex-garimpeiros que participaram do primeiro curso de condução de visitantes organizado pelo Ibama e a Fundação Pró-Natureza (Funatura) e <i>World Wide Fund for Nature</i> Brasil (WWF Brasil), em 1991 e 1994.
Interlocutores do grupo 2	Condutores de visitantes que atuam há cerca de 20 anos no Parque. Neste grupo encontram-se moradores locais que participaram dos primeiros cursos de condução (exceto o primeiro e segundo curso) e se mudaram para a Chapada dos Veadeiros, vindo de outras regiões do Brasil.
Interlocutores do grupo 3	Condutores de visitantes que atuam em média há 10 anos ou menos no Parque. Pertencem a este grupo moradores recentes, vindos de outras regiões do Brasil, condutores que pertencem à terceira/quarta geração em seu núcleo familiar e que realizaram os cursos de capacitação a partir de 2010.
Interlocutores do grupo 4	Analistas ambientais do ICMBio que trabalham no setor de uso público do Parque, educação ambiental e pesquisa.

Fonte: Maboni (2021).

Source: Maboni (2021).

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e foram realizadas principalmente no formato *online*, considerando o período crítico de isolamento social em virtude da pandemia Covid-19. A estratégia de contato escolhida foi a partir do método de indicação conhecido como "bola de neve". A técnica da bola de neve (*snowball*) é vista como uma estratégia eficiente quando existe a impossibilidade de coletar informações sobre todos os membros da rede (*network*) ou a coleta de dados a partir de uma amostra aleatória dos grupos entrevistados. (ALBUQUERQUE, 2009).

Os contatos com os interlocutores foram estabelecidos em julho de 2020, utilizando a plataforma de comunicação e mídia social WhatsApp, que permitiu a identificação de 17 possíveis entrevistados, denominados como "frutos", no método "bola de neve". Foram realizadas, no total, 21 entrevistas com condutores de visitantes, considerando os três perfis delimitados na pesquisa, sendo que 18 destas entrevistas ocorreram em formato online e três durante campo exploratório.

Além destas entrevistas, foram realizadas duas entrevistas com analistas ambientais que atuam no PNCV, totalizando 23 entrevistas, conforme demonstra o Quadro 1.

Até 2021 o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros registrava cerca de 190 condutores cadastrados, conforme a lista de condutores disponível no site oficial do Parque. Em 2019 o Observatório do Turismo de Goiás realizou o inventário da oferta de turística do município de Alto Paraíso, registrando o total de 207 guias registrados no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), sendo 87 destes condutores de visitantes integrantes da Associação de Condutores de Visitantes (ACVVCV) e 74 da Associação de Guias e Prestadores de serviços em Ecoturismo da Chapada dos Veadeiros (SERVITUR) (GOIÁS, 2019). O quadro 2 apresenta o conjunto de condutores de visitantes entrevistados e as respectivas associações.

Quadro 2: Quantidade de condutores de visitantes entrevistados por grupo de interlocutores e associações locais

Table 2: Number of tour guides interviewed by group of interlocutors and local associations.

Entrevistados	Nº de entrevistados por grupo
Interlocutores do grupo 1	3
Interlocutores do grupo 2	7
Interlocutores do grupo 3	11
Associação de Condutores	Nº de entrevistados por Associação
ACVVCV	15
SERVITUR	4
Associação Guia em Ecoturismo no Desenvolvimento Ambiental e Sustentável (AGENDAS)	2

Fonte: Maboni (2021).

Source: Maboni (2021).

As entrevistas foram gravadas com a autorização dos interlocutores, por meio de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os resultados das entrevistas foram sistematizados e interpretados, a partir do referencial da “análise de conteúdo” (BARDIN, 2016), considerando a organização dos documentos e resultados das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. As etapas de pré-análise e exploração do material incluíram as observações registradas no caderno de campo, nas entrevistas e na etnografia virtual.

A exploração do material base (entrevistas) foi agrupada em grandes categorias temáticas, através da codificação das narrativas trazidas pelos entrevistados, utilizando o software de análise qualitativa Atlas.ti. O processo de codificação foi realizado de forma livre, identificando, na narrativa dos interlocutores, questões que se repetiam, passando pelo processo de reconhecer e “filtrar” os códigos que apareciam com maior frequência. A análise temática dos trechos das entrevistas consistiu na contabilização dos diversos temas em uma unidade de codificação, podendo estas unidades, ainda, serem ramificadas em novas codificações.

A análise estatística dos resultados foi construída com base no cálculo estatístico da frequência relativa das respostas (unidade de codificação), organizadas nas subcategorias que compõem as grandes categorias temáticas, considerando, nesse sentido, a contagem da quantidade de entrevistados e das narrativas que foram organizadas em unidades de codificação. A partir disso, foi realizada a distribuição de frequências, sendo apresentadas de duas formas: (1) identificação da frequência relativa da quantidade de entrevistados que abordaram o conteúdo da unidade de codificação e (2) identificação da frequência relativa da quantidade de narrativas que foi identificada para cada unidade de codificação.

Assim, a análise temática das entrevistas consistiu em duas partes principais: (1) avaliação do contexto dos trechos das respostas identificadas em determinada categoria; (2) assimilação semântica atribuída aos assuntos tratados nas entrevistas, os quais foram definidos e observados sob a ótica das conotações dos polos positivos e negativos acerca de determinada subcategoria temática.

Salienta-se que o presente artigo, ao tratar da categoria de análise ‘Relação com o Parque Nacional’, buscou cumprir com o objetivo de compreender o papel da condução de visitantes no PNVC, considerando a contribuição da atividade no apoio ao gerenciamento do uso público e sua relação com a gestão da área protegida.

Resultados

O primeiro curso de capacitação para condutores de visitantes promovido pelo Ibama, em 1991, teve como um dos objetivos o estabelecimento de um acordo entre garimpeiros e o órgão gestor do Parque. Passados 30 anos deste curso, as demandas que seguem motivando e mobilizando os condutores, embora estejam associadas e construídas com base no histórico e na cultura da primeira geração de condutores, também se constituem das novas concepções e debates que permearam os diferentes processos de gestão do Parque nestes últimos anos.

Apesar de Alto Paraíso não ser o primeiro município da região que compete à rota Brasília a Chapada dos Veadeiros, esta é uma das cidades mais escolhidas por turistas para hospedagem junto à Vila São Jorge, em razão da entrada do PNCV estar localizada na Vila e conter uma parte dos atrativos do município de Alto Paraíso ao longo desta estrada, como o Vale da Lua (Figuras 2 e 3), a fazenda Bona Espero, as cachoeiras Almécegas I e II, Morada do Sol, a Fazenda Volta da Serra, entre outros.



Figura 2: Vale da Lua.
Figure 2: Moon Valley.
Fonte: Maboni (2021).
Source: Maboni (2021).



Figura 3: Rota da trilha do Vale da Lua.
Figure 3: Route of the Vale da Lua trail.
Fonte: Maboni (2021).
Source: Maboni (2021).

A partir da condução de visitantes realizada no Parque e da exploração dos atrativos turísticos da região, moradores da Vila São Jorge desenvolveram seus próprios negócios, como restaurantes, pousadas, camping e lojas de artesanato. Nesse sentido, os benefícios da condução de visitantes para a comunidade local, sob o viés econômico, são apontados por 86% do total de 21 entrevistados, em que as falas dos condutores se vinculam à relação de dependência da atividade e como elo importante para o desenvolvimento da cadeia turística local.

No que diz respeito à percepção dos condutores quanto a sua relação com a gestão do Parque, 88% dos condutores e das narrativas que evidenciam questões negativas na relação com o órgão gestor se referiram ao fim da obrigatoriedade da condução como um dos pontos sensíveis dessa relação.

No início da atividade de condução de visitantes, em 1991, o Parque tinha a contratação de condutores como obrigatória para a realização da visitação. Esta situação mudou no ano de 2014, após seis anos da edição da IN do ICMBio nº 08, de 2008, que estabeleceu em casos específicos, a indicação da obrigatoriedade da condução de visitantes, devendo estar expresso no Plano de Manejo.

O estabelecimento da não obrigatoriedade no Parque foi um dos marcos na relação dos condutores com a gestão, fator que gerou tensão, principalmente na época da implementação da nova dinâmica de visitação do PNCV. As narrativas dos condutores direcionam-se com ressentimento quanto ao assunto, gerando, inclusive, um distanciamento por parte de alguns condutores com a área protegida.

Os condutores entrevistados compreendem a não obrigatoriedade como fator que contribuiu para a diminuição da demanda de trabalho em conjunto com a formação frequente de novos condutores locais. Atualmente, os novos campos de atuação são atrativos geralmente localizados em áreas privadas e fora do Parque Nacional.

A estrutura das trilhas autoguiadas dispõe ao longo do caminho setas para direcionar os visitantes no percurso, além de facilitar a identificação das trilhas por cor e mapas para o visitante (Figura 4). Isto é identificado como um dos fatores que, segundo os condutores, contribui para a pouca demanda da contratação do condutor no Parque Nacional, limitando a atividade com grupos de maior escala, mediante pacotes fechados nos quais o Parque está no roteiro de atrativos visitados.



Figura 3: Mapa da Trilha Saltos, Carrossel e Corredeiras.

Figure 3: Map of the Saltos, Carrossel and Rapids Trail.

Fonte: Mabonl (2021).

Source: Mabonl (2021).

Destaca-se que 22% dos 9 entrevistados, que trouxeram a questão da obrigatoriedade, demonstraram uma percepção mais positiva sobre o tema, representados pelo segundo perfil de condutores, atuantes na região há 23 anos:

Eu acho que, independentemente da questão, o marco que a gente teve dos guias com o Parque foi a questão da não obrigatoriedade. E, desde então, eu encarei o Parque como parceiro, porque a não obrigatoriedade foi vista por muitos como a extinção dos guias, mas eu já vi de uma forma diferente e me tornei um grande parceiro do Parque (Condutor 14).

Por ser considerado pioneiro na implementação da atividade de condução em parques brasileiros, os analistas ambientais que participaram da pesquisa afirmam que o PNCV é utilizado como um exemplo para a troca de experiências entre a gestão de parques nacionais e a compreensão de quais aspectos desta relação podem gerar conflitos:

Até mais de perto do fim da obrigatoriedade que foi um momento, assim, foi um marco, não só para Veadeiros, mas o fim de obrigatoriedade de contratar condutor de visitantes em Veadeiros foi marco para o ICMBio. Foi uma nova lógica que foi colocada e, assim, em Veadeiros como tinha essa história há muito tempo, de ter obrigatoriedade de contratação de condutor, então por isso aqui em Veadeiros foi um marco para a história do Instituto (Analista Ambiental 1).

Partindo desta perspectiva, a contratação facultativa do condutor de visitantes foi um dos pontos analisados que permaneceu nas normativas sobre a atividade de condução realizada em unidades de conservação. Para os analistas ambientais, o principal desafio diz respeito à dependência que o visitante e a gestão tinham do condutor para abrir o Parque à visitação:

Outra coisa, na época em que aqui no Parque a guiagem era obrigatória, só tinha uma entrada oficial, uma entrada no Parque. E se não tivesse guia, poderia ter 100 visitantes ali na porta que, como a guiagem era obrigatória, o gestor não poderia deixar os visitantes entrarem. [...] Então, isso também traz o desafio de gerir a visitação. E além de toda essa questão da experiência, que é o principal (Analista Ambiental 1).

A Portaria do ICMBio nº 769, de 10 de dezembro de 2019, que regulamenta a atividade de condução de visitantes nas unidades de conservação federais, prevê a adoção da obrigatoriedade mediante justificativa técnica. Além da portaria, existe a preocupação da gestão com a experiência do visitante, considerando conceitos relacionados à diversidade de oportunidades recreativas e diferentes formas de acesso à unidade de conservação.

As narrativas sobre a importância da experiência que o visitante se propõe vivenciar, estão ancoradas no documento “Rol de Oportunidade de Visitação (ROVUC)”, publicado pelo ICMBio. O documento enfatiza a importância de as unidades de conservação observarem em seus programas de uso público, a consideração das expectativas e necessidades dos visitantes, a partir de diferentes propostas de visitação com intuito de ampliar suas experiências nas áreas protegidas, salvo as exceções estabelecidas no art. 5º da Portaria 769, de 2019 (ICMBio, 2018; ICMBio, 2019).

Considerando tais questionamentos, segundo os entrevistados, a realidade da demanda de trabalho relaciona-se à forma como cada condutor busca mediar os contatos e a interlocução com os visitantes. Entretanto, no total de 18 entrevistas, prevalecem os condutores que confirmam ter trabalho o ano todo, representando 83% dos entrevistados, sendo que, nos períodos de maior visitação, estes chegam a ficar 30 dias conduzindo.

Referente aos 17% dos condutores que dependem mais dos períodos com maior fluxo de visitação para a contratação do seu serviço, estes conduzem principalmente na época da seca (julho) e da chuva (janeiro) da região da Chapada dos Veadeiros.

Entre as formas de contratação dos condutores pelos visitantes foram destacados quatro meios, sendo as mídias sociais e a indicação de pousadas e restaurantes, representação significativa dos clientes. Outras formas citadas pelos interlocutores foram a realização do trabalho através das agências de turismo locais e do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) dos municípios.

Infere-se, nesse sentido, que os fatores que influenciam a contratação de condutores estão ligados a: visibilidade e uso de perfis individuais nas mídias sociais como meio de atingir mais visitantes; obtenção da contratação dos visitantes através de indicações por mais de um meio de comunicação; acesso aos recursos necessários e conhecimento técnico referente ao marketing digital; e realização do trabalho a partir de agências locais.

Nesse contexto, os condutores que recorrem aos CAT dos seus municípios como a principal forma de conseguir trabalho, nem sempre garantem a contratação, sobretudo em épocas com pouca demanda de visitação.

De todo modo, as pesquisas realizadas pelos autores Andrade, Souza e Cunha (2020) e o Relatório de Gestão do Parque de 2019 constataram o aumento da visitação no Parque após a contratação facultativa, onde o ano de 2014 registrou 39.470 visitantes e, na virada do ano, momento em que a contratação passou a ser facultativa, em 2015, alcançou 56.631 visitantes. Para Andrade, Souza e Cunha (2020), o aumento da visitação pode estar relacionado ao fim da obrigatoriedade, mas, também, ao asfaltamento da rodovia que dá acesso à entrada do PNCV.

Representando os depoimentos de 18 entrevistados e 32 narrativas, como expressa o Quadro 4, os resultados que apresentaram os aspectos positivos da relação com a gestão, vinculam-se a: percepção de afeto pela UC relacionada à importância do Parque para a conservação do Cerrado; construção de parcerias e voluntariado; aumento da autoestima pelo conhecimento adquirido nos cursos, em especial os condutores do primeiro perfil; relação pessoal, enquanto morador, de amizade e convívio cotidiano; e abertura para o debate e participação no Conselho Consultivo.

Quadro 4: Relação com o órgão gestor do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (aspectos positivos).

Table 4: Relationship with the managing body of the Chapada dos Veadeiros National Park (positive aspects).

Categoria Relação com o PNCV		
Subcategoria: relação com o órgão gestor – ICMBio (aspectos positivos) (Entrevistados n =18; Narrativas n=32)		
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)
Parceria	61	37
Pessoal/ Convívio	33	19
Diálogo com a Gestão	28	16
Relação de afeto pela UC	22	13
Valorização da população (conhecimento)	22	13
Conservação do Cerrado	6	3

Fonte: Maboni (2021).

Source: Maboni (2021).

No que diz respeito à parceria dos condutores de visitantes e a gestão do Parque, os participantes da pesquisa destacam as ações de manejo e planejamento de trilhas, a consultoria e o mapeamento para abertura de novos roteiros e atrativos, a atuação como brigadista de combate ao incêndio e o apoio na orientação e gestão de segurança, busca, resgate e salvamento.

Evidencia-se, também, o trabalho dos condutores junto aos pesquisadores e escolas da região funcionando como elo entre o Parque e a comunidade local. Assim como, a participação de condutores no documentário “Ser Tão Velho Cerrado”, produzido por Cinedelia e direção de André D’Elia e Júlia Saleh, que buscou trazer o panorama dos conflitos relacionados à conservação do cerrado, o seu uso e a ocupação do território.

Além disso, os interlocutores confirmam que as mobilizações das associações de condutores representadas nesta pesquisa realizam um importante papel para o fortalecimento da atividade na região através de ações como:

- medidas protetivas para caso de acidentes;
- monitoramento e avaliação da ética profissional;
- atualização dos cursos de primeiros socorros e demais cursos de curta duração e cursos de capacitação;
- participação das associações no conselho gestor, no fornecimento de materiais para trabalho como calçados e mochilas;
- e promoção de ações em parcerias com o Parque Nacional e universidades federais para a formação do condutor.

Partindo dessa perspectiva, um dos analistas ambientais entrevistados reconhece as parcerias e iniciativas citadas acima, assinalando que os condutores contribuem na exploração de novas possibilidades de uso público para o Parque, colaborando no registro de ocorrências de acidentes e comportamentos indevidos por parte dos visitantes:

E, em outros setores do Parque, que a ampliação do Parque incorporou, digamos assim, outros atrativos, e que a gente não tem uma gestão tão próxima ainda, que são propriedades particulares, são os condutores que nos relatam o que está acontecendo, de degradação ambiental, de cuidados que a gente precisar ter, que trilhas que precisam ser manejadas, de sinalização que precisa ser feita, de visitantes que estão entrando em propriedades, que tem super fragilidade ambiental (Analista Ambiental 1).

Ao mesmo tempo em que os condutores observam as possibilidades de trabalhar em parceria com a gestão, foram encontrados aspectos positivos que interseccionam diferentes perspectivas na relação com o Parque.

Entretanto, referente à chegada da concessionária SOCIPARQUES, divide-se a opinião dos condutores quanto a implementação deste modelo de gestão. Em consequência da concretização da parceria com a iniciativa privada, foram registradas ressalvas quanto à entrada da concessionária e o que ela representa, no sentido amplo das políticas públicas que vêm sendo incentivadas na agenda do ICMBio.

Relação dos condutores de visitantes com a Concessionária SOCIPARQUES

A entrada da concessionária, em junho de 2019, acrescenta uma nova dinâmica na relação do condutor com o PNCV. Com a concessão outorgada ao Consórcio SOCIPARQUES, a iniciativa privada passa a participar de forma mais direta na gestão da visitação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

O contrato de concessão envolve a venda de ingressos, sistema de transporte interno, gestão do espaço de campismo das Sete Quedas, loja de conveniência e serviço de alimentação, gestão do centro de visitantes e controle de acesso ao Parque.

A atuação da concessionária no Parque é relativamente recente, sobretudo considerando o período de fechamento do PNCV para a visitação devido à pandemia COVID-19 no ano de 2020. Nesse sentido, as percepções dos 21 condutores de visitantes quanto à chegada da concessionária tangenciam questões positivas e negativas, resultantes desse período de convivência.

Entre os pontos positivos dos 13 entrevistados e 18 narrativas apresentadas, os interlocutores percebem a abertura por parte da

concessionária, para a implementação de parcerias relacionadas aos projetos de visitação dentro do Parque, com a finalidade de ampliar os serviços oferecidos aos visitantes.

De acordo com o total de entrevistas, 62% das respostas abordaram pontos positivos da relação com a concessionária. Destes, 39% dos interlocutores apontam uma percepção de abertura por parte da SOCIPARQUES para o diálogo e construção de parcerias com os condutores e 44% se referem à concessão como um apoio para gestão do uso público na UC. Conforme ilustra o Quadro 5.

Quadro 5: Relação com a concessionária SOCIPARQUES (aspectos positivos)
Table 5: Relationship with the SOCIPARQUES concessionaire (positive aspects)

Categoria Relação com o PNCV		
Subcategoria: relação com a concessão (aspectos positivos) (Entrevistados n= 13; Narrativas n=18)		
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados (%)	Frequência de respostas (%)
Fortalecimento do uso público / contribuição com a gestão do ICMBio	62	44
Parceria	54	39
Pessoal	23	17

Fonte: Maboni (2021).

Source: Maboni (2021).

No que tange aos aspectos negativos (Quadro 6), do total de 9 entrevistados e narrativas, 44% expressaram que as obras que serão realizadas pela concessionária, como a possível implantação de uma loja nas corredeiras e a viabilização do acesso com automóvel até a trilha dos Saltos, são questões que afligem os interlocutores quanto aos impactos ambientais negativos da infraestrutura e dos equipamentos que estão sendo propostos.

Quadro 6: Relação com a concessionária SOCIPARQUES (aspectos negativos)
Table 6: Relationship with the SOCIPARQUES concessionaire (negative aspects)

Categoria Relação com o PNCV	
Subcategoria: relação com a concessão (aspectos negativos) (Entrevistados e Narrativas n= 9)	
Unidade de codificação temática	Frequência de entrevistados e de respostas (%)
Impactos com obras / propostas de visitação	44
Enfraquecimento do ICMBio	33
Inserção dos condutores/ comunidade local no processo	22

Fonte: Maboni (2021).

Source: Maboni (2021).

Demonstrando descontentamento com a chegada da concessão, 22% dos interlocutores observam a falta de medidas para incluir a comunidade local e condutores de visitantes no processo. E, para 33% dos condutores, a entrada da concessionária demonstra o enfraquecimento do ICMBio, refletindo que a necessidade de suporte privado se origina na falta de investimentos financeiros e contratação de mais analistas ambientais para apoiar a gestão do PNCV.

Ao ressaltar a possibilidade de a concessionária estabelecer parcerias com os condutores e as associações, os analistas entrevistados exemplificam a possibilidade do investimento em cursos de capacitação de condutores de visitantes por parte da concessionária.

Entende-se que, embora a construção de uma relação entre os sujeitos demande tempo de convivência e adaptação para a compreensão de como a parceria pode ser instituída, é importante reconhecer o papel dos condutores em relação à prestação de serviços de apoio ao uso público, sendo de interesse também da concessionária assegurar um vínculo positivo:

Então, ter um condutor, ter condutores circulando pelo Parque, antes da concessionária, já era interessante para o Parque e acho que hoje continua sendo uma relação interessante para a concessionária, já que ela tem que lidar com as questões de segurança, de trilha, por exemplo: condutor passou e viu problema em uma ponte, ele pode chegar e avisar à concessionária prontamente. Então, assim, de certa forma, se a relação for positiva isso vai acontecer, se a relação for negativa, isso não vai acontecer. Então, eu acho que é do interesse da concessionária construir uma relação positiva com o condutor (Analista Ambiental 1).

A presença do condutor de visitantes atuando no Parque pode ser benéfica para a gestão e a concessão considerando a composição e a corresponsabilidade na prestação de serviços de apoio à visitação.

Nesse sentido, os analistas ambientais entrevistados concebem que os serviços fornecidos pela concessionária e pelos condutores, devem ser trabalhados em uma perspectiva integrada, onde o estabelecimento de parcerias com base nos objetivos do Parque é um campo fértil que deve ser incentivado e mediado pelo ICMBio.

Discussão

Conforme distingue Nogueira (2011), o tema da obrigatoriedade de contratação de condutor de visitantes envolve questões conflituosas, a exemplo da disputa de mercado de trabalho entre condutores locais e guias de turismo.

A autora chama atenção para o fato de que a importância da atividade de condução de visitantes não está conectada, necessariamente à

obrigatoriedade, mas à relevância da contribuição da atividade para a gestão, no estabelecimento e no fortalecimento de associações e cooperativas para que os condutores possam atuar de forma autônoma com o suporte profissional necessário (NOGUEIRA, 2011).

Relativo aos conflitos atribuídos à demanda e reserva de mercado, Ferreira e Coutinho (2010) apontam que cabe às instituições que realizam o curso de capacitação avaliar as reais possibilidades de mercado de trabalho para inserção destes profissionais. Esta medida tem como foco não gerar falsas expectativas e evitar excedentes de oferta e a geração de conflitos.

Ressalta-se aqui, portanto, a importância do fortalecimento e planejamento da visitação em conjunto com as populações residentes, para que a condução de visitantes não seja adotada como o único aspecto na relação entre a comunidade local e a área protegida. O papel da gestão conecta-se a estabelecer incentivos e subsídios para que as comunidades locais sejam fortalecidas, a partir de diferentes parcerias com a gestão.

No tocante aos aspectos positivos da relação dos condutores com o órgão gestor, as relações estabelecidas entre os condutores de visitantes e o Parque podem ser vistas no campo das dimensões temáticas da inclusão social, propostas por Irving (2015), dialogando com as unidades de codificação indicadas no Quadro 4.

A valorização da população local, por meio da geração de conhecimento e formação qualificada durante os cursos de condução de visitantes, contribui para a inclusão social através da dimensão do trabalho, em que a autora relaciona o direito à educação para formação e inserção da população local no mercado de trabalho.

Em relação à dimensão do afeto, dos valores intangíveis e simbólicos atribuídos ao Parque, as percepções positivas dos condutores entrevistados estão relacionadas às memórias e ao sentimento de pertencimento, que por sua vez estão interligadas à conexão afetiva com a natureza do Parque e do Cerrado.

Enquanto território de lembranças de histórias locais e de sua experiência pessoal, o condutor se conecta não só como morador, mas também como visitante. Na posição de visitante, este é um dos primeiros contatos estabelecidos com a UC, em especial condutores do segundo e terceiro perfil, que vieram de outros locais do Brasil e decidiram se mudar para a Chapada dos Veadeiros.

A dimensão do imaterial e do simbólico, discutido por Irving (2015), se insere no contexto do sentimento de pertencimento, dos valores conectados à origem do condutor, da sua cosmovisão enquanto cidadão planetário, que desperta o sentimento de guardião/protetor do Parque Nacional.

Destaca-se que o diálogo com a gestão reflete a dimensão política vinculada ao significado de estímulo a um ambiente democrático na gestão ambiental, ainda que divergências ocorram em diferentes momentos na tomada de decisão sobre a gestão da área.

O conselho consultivo do PNCV se insere, nesse contexto, como um espaço aberto à construção de responsabilidades, de práticas de boa

governança e formação cidadã (IRVING, 2015), através da inclusão das associações de condutores representantes na Câmara Técnica do Turismo no âmbito do Conselho.

Resultados quanto à importância das associações para a articulação do diálogo entre condutores de visitantes e poder público, no intuito de consolidar a atividade como ponte para mobilização e sensibilização da comunidade local, também foram encontrados em outros estudos, como no Parque Nacional do Catimbau (PE) (SILVA; PIRES, 2016).

Os autores Torres e Ramos (2015) e Silva e Pires (2016), ao estudarem as atividades nas áreas protegidas da APA Federal de Piaçabuçu (AL) e no Parque Nacional do Catimbau (PE), respectivamente, destacam que a ausência de colaboração e parceiros, a partir de arranjos institucionais fortalecidos, pode vir a contribuir para o turismo desordenado, deixando os condutores sem uma rede de apoio, resultando em uma participação induzida e/ou superficial.

Entretanto, apesar dos percalços da implementação da atividade no Parque Nacional do Catimbau, a associação de condutores de visitantes local não se limitava somente ao guiamento, participando e mobilizando ações de mutirões de limpeza e sensibilização em escolas municipais (SILVA; PIRES, 2016).

Em estudos sobre a atividade no Parque Nacional do Pau Brasil (BA), Oliveira (2010) destaca que a organização da condução de visitantes, por meio de associações e cooperativas, colabora para a representatividade do setor turístico local e incentiva os sujeitos a participarem das tomadas de decisões junto aos gestores das UC quanto à visitação e desenvolvimento do turismo local.

As associações de condutores de visitantes da Chapada dos Veadeiros, representam um resultado interessante de análise no tocante à qualidade profissional e envolvimento dos condutores de visitantes na gestão do PNCV.

O entendimento por parte dos condutores da importância das associações para garantia de estabilidade e estrutura profissional representa a importância do incentivo à participação ativa e organizada deles para o fortalecimento da atividade no PNCV e regiões do entorno.

No que tange a relação dos condutores com a concessionária, a inter-relação entre os regimes público e privado, conforme apontam Rodrigues e Godoy (2013), representados na presente pesquisa pela SOCIPARQUES e os condutores de visitantes no PNCV, culmina num desafio permanente para a gestão visando a consecução do equilíbrio entre os resultados econômico-financeiros privados e objetivos da função pública de conservação da área e democratização do bem público.

Assim, no intuito de que as propostas de visitação alcancem as finalidades de conservação e educação ambiental de um parque nacional, Rodrigues e Abrucio (2019) destacam que a atuação do ICMBio deve considerar a relação entre concessão e condutor em conjunto a composição de serviços oferecidos em uma determinada área. Nesse contexto, os

autores salientam o tema do controle social por parte da sociedade no sentido de acompanhar os resultados das parcerias e demandar processos de tomada de decisão mais inclusivos e transparentes.

Considerações finais

A condução de visitantes foi abordada no artigo como uma atividade com diferentes repercussões na gestão da visitação em parques. A atuação dos condutores, em parceria com a gestão do Parque, foi destacada em diferentes iniciativas como no apoio ao combate de incêndios, no manejo e abertura de novas trilhas, na busca e salvamento, entre outras.

Embora os impasses quanto à obrigatoriedade reforcem os aspectos negativos, a relação entre os condutores entrevistados e o Parque Nacional aponta uma gestão participativa, em que os interlocutores demonstram, em diferentes momentos das entrevistas, uma relação que se estabelece não só na prestação de serviço, mas também na sua relação pessoal com o Parque no campo afetivo, repercutindo no sentimento de guardião da área protegida que promove sua conservação.

Nesse sentido, os condutores entrevistados demonstraram que estão ativos em outras formas, medidas e ações que promovem a conservação do cerrado e da região da Chapada dos Veadeiros. Assim como estão dispostos a participar de palestras, entrevistas em documentários e pesquisas, demonstrando seu posicionamento e pensamento crítico quanto aos embates que envolvem a conservação da região.

Considerando a participação dos condutores no conselho gestor do Parque, observa-se a importância da organização das associações da região, para a representatividade do setor turístico local e incentivo de participação de seus membros na tomada de decisão, na qualificação profissional e no fornecimento de infraestrutura, garantia e proteção de direitos quanto à segurança do condutor e execução do trabalho com materiais adequados.

Tais resultados da pesquisa demonstram a importância de os órgãos gestores incentivarem e abordarem, nos cursos de capacitação, a relevância destas associações para o fortalecimento da atividade e os caminhos e processos necessários que envolvem a sua organização.

A recente entrada da concessão no Parque, significou uma nova dinâmica na visitação, que pode resultar na implementação de projetos em conjunto com os condutores de visitantes. Destaca-se a importância de estudos que estejam conectados aos diferentes atores, referente ao seu potencial de contribuição e de colaboração, na execução de políticas que busquem fortalecer a visitação, considerando as funções públicas de um parque nacional.

Nesse sentido, os condutores podem desempenhar um importante papel no monitoramento das parcerias, evidenciando aspectos que contribuem para a gestão e questionamentos críticos quanto à implementação de infraestrutura e de planejamento de atividades recreativas no PNCV.

A importância da gestão participativa, transparente e incluyente das parcerias em curso no PNCV fortalece o controle social por meio de diferentes caminhos, como a valorização das iniciativas do conselho gestor, a realização de pesquisas sobre a satisfação e a experiência do visitante e a geração de corresponsabilidade por meio do planejamento participativo destas parcerias.

Ademais, os resultados e as análises realizadas no estudo possibilitaram a elaboração das seguintes recomendações:

- incentivo ao diálogo alinhado entre a concessionária, o condutor e o órgão gestor para a elaboração de ações e projetos voltados ao plano de uso público do Parque;
- elaboração de um diagnóstico prévio das reais ofertas e demandas para a condução de visitantes, considerando as oportunidades de trabalho e o interesse da população em se envolver, e como se envolver no turismo no PNCV e região;
- promoção de um intercâmbio de experiências respeitoso e aberto entre os analistas ambientais e os condutores sobre o tema da não obrigatoriedade de condução de visitantes, apresentando os motivos institucionais e as propostas de visitação que ambos consideram interessantes para área protegida;
- e elaboração de instrumentos de monitoramento sobre a qualidade dos serviços de condução elaborados pelos próprios condutores, em parceria com o ICMBio, visando a melhoria contínua da atividade e da qualidade da experiência do visitante.

Referências

- ALBUQUERQUE, E. M. Avaliação da técnica de amostragem “respondent-driven sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. 2009. 99 p. **Dissertação** (Ciências na Área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2411/1/ENSP_Disserta%c3%a7%c3%a3o_Albuquerque_Elizabeth_Maciel.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2020
- ANDRADE, T. C. A experiência das visitas guiadas e autoguiadas: um ensaio interpretativo pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO. 2014. 143 p. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Turismo) Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/16516>>. Acesso em: 15 maio de 2019.
- ANDRADE, T. C.; SOUZA, T. DO V. S. B.; CUNHA, A. DE A. A Estruturação do Rol de Oportunidades de Visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 365-202, maio-jul. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antônio Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARBOSA, C. R. R.; GUAITANELE, C.; SACRAMENTO, C. O reflexo do olhar nacional para as autorizações para a prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação. **Revista Científica BioBrasil**. v. 12 n. 3, 2022: Gestão do uso público: turismo e lazer em áreas protegidas.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. DE O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, 2016.

BRASIL. **Decreto 49.875**, de 11 de janeiro de 1961. Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D49875.htm>. Acesso em 05 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=decreto%20n%204.340%2c%20de%2022%20de%20agosto%20de,da%20natureza%20-%20snuc%2c%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em 10 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto s/n**, de 05 de junho de 2017. Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, Estado de Goiás. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14471.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 08**, de 18 de setembro de 2008. Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria do nº 289**, de 3 de maio de 2021. Dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/criacao-de-unidades-de-conservacao/legislacao/portaria_289_de_3_de_mayo_de_2021_planejamento.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria do nº 769**, de 10 de dezembro de 2019, ICMBio 2019a. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para Autorização da prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais. Disponível em: <https://www1.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_769_10_dez2019.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.668**, de 28 de maio de 2018. Altera as Leis nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13668.htm> . Acesso em 03 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Contrato de Concessão nº 02/2018, firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Concessionária Socicam Terminais Rodoviários e Representações Ltda, para prestação de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/contrato_02_2018_so_cicam_chapada_veadeiros.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros**. 2009. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/pm_chapada_dos_veadeiros_1.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação – ROVUC**. CREMA, A.; FARIA, P.E.P. (orgs.) Brasília: MMA, ICMBio, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Relatório de gestão 2019**. Alto Paraíso de Goiás, ICMBio, 2019.

CANTO-SILVA, C. R.; DA SILVA, J. S. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 2, p. 365–386, maio-ago. 2017.

EAGLES, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 17. Nº2. 231-248.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Ecoturismo: a importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. In: PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, M. V. D. (orgs.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. 1. ed. Barueri: Manole, 2010. Coleção Ambiental. v. 9. p. 349–381.

GOIÁS. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Polo da Chapada dos Veadeiros**. 2012. Disponível em:

<http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/GOIAS/PDITS_POLO_CHAPADA_DOS_VEADEIROS.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2019.

GOIÁS. Goiás Turismo Agência Estadual de Turismo. Observatório do Turismo do Estado de Goiás. **Inventário da oferta turística de Alto Paraíso de Goiás/ Vila de São Jorge**. 2019. Disponível em: <<https://www.goiasturismo.go.gov.br/files/ALTOPARAISOGERAL.pdf>>.

Acesso em: 10 de maio de 2020.

GOMES, P. O. Contribuições econômicas e financeiras do turismo no Parque Nacional da Chapada. 2017. 126 p. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23707>>. Acesso em 09 de outubro de 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE. **Painel Dinâmico**. Disponível em: <http://gv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painelcorporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

IRVING, M. A. Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social. IRVING, M. A. *et al.* (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Foli Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 50 - 80.

IRVING, A. M.; MATTOS, F. F.; RODRIGUES, O. G. C. Rede TAPIS (Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social): inovação na construção compartilhada do conhecimento. In: IRVING, M. A. *et al.* (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Foli Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 21–50.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1 p. 147–155, 2005.

LIMA, L. **Entre cimos nublados uma solidão selvagem**: uma coreografia contemporânea. 2. ed. Alto Paraíso de Goiás: 2009.

MABONI, O. N. A interface entre a condução de visitantes e a interpretação ambiental: perspectivas para o uso público no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Goiás. 2021. 199 p. **Dissertação** (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

NOGUEIRA, S. M. B. Ações sustentáveis para o desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação. In: TELES, R. M. S. (org.) **Turismo e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 61–86.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM ÁREAS PROTEGIDAS, OPAP. Carta Aberta – Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v 13, n.2, maio-jul. 2020, pp. 435-441.

OLIVEIRA, C. A. F. DE. Envolvimento Comunitário no planejamento do Uso Público do Parque Nacional do Pau Brasil: ações para o desenvolvimento humano das comunidades rurais e guias regionais do entorno. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 1, p. 79–90, jan.-abril. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/>

OLIVEIRA, A. S. Os dilemas socioambientais no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: uma análise pela perspectiva crítica da educação ambiental. 2016. 169 p. **Tese** (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5857>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, A. B. A Construção Social do Ecoturismo Como Colonização do Futuro: um estudo de caso na Chapada dos Veadeiros. 2003. 332 p. **Tese** (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85702>>. Acesso em 08 de maio de 2019.

PASSOLD, J. A.; KINKLER, S. M. S. Visitação Sustentável em Unidades de Conservação. In: PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, M. V. D. (Eds.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. 1. ed. Barueri: Manole, 2010. Coleção Ambiental. v. 9. p. 383–415.

RODRIGUES, C. G. O. O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 2009. 358 p. **Tese** (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) - Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/3826>>. Acesso: 04/11/2022.

RODRIGUES, C. G. O.; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 105–120, set.-dez. 2019.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. D. C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. Public and Private Policy in the Management of Protected Areas: Socioeconomic Aspects in the Rend. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 75–88, jul.-dez. 2013.

RODRIGUES, C. G. O.; IRVING, A. M. Os significados de “público” e o compromisso de inclusão social no acesso aos serviços de apoio ao turismo nos parques nacionais. In: IRVING, M. A. *et al.* (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Foli Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 113 – 143.

SARAIVA, R. C. F. Tradição e sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge - GO. 2006. 235 p. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_dfeaa26c828c136b6b20ca04489a71e7>. Acesso em 10 de maio de 2019.

Ser tão velho cerrado. Direção: André D'Ellia e Júlia Saleh. Produção de Cinedelia. Brasil: Fundação Mais Cerrado, O2 Filmes, Estúdios Quanta, Taiu Ambiental, 2018. Plataforma Streaming Netflix.

SILVA, A. L. B.; LIMONGI, R. **Os desafios do pesquisador no ambiente digital.** Congresso Latino-Americano de Varejo e Consumo, After COVID-19: Building Purpose through Stakeholders in Retailing, 13. **Anais...**Brasil: 2019. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/clav/clav2019/paper/view/7264/2039>>. Acesso em 14 de novembro de 2020.

SILVA, J. H.; PIRES, M. L. L. Associativismo Em Áreas Protegidas: Restrições E Possibilidades Na Experiência Dos Guias De Turismo Do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente e Sociedade**, v. XIX, n. 2, p. 169–186, abr.-jun. 2016.

ZAOUAL, H. Do Turismo de Massa ao Turismo Situado: quais as transições? *In*: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária : diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009. p. 25–44.

Agradecimentos

Agradecemos aos condutores de visitantes e analistas ambientais que participaram das entrevistas e dedicaram seu tempo e apoio durante a realização da pesquisa. Este artigo foi baseado em pesquisa de mestrado, desenvolvida pela primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da professora Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ) e co-orientação do professor Celson Roberto Canto Silva (Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS).

Natália de Oliveira Maboni: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: n.oliveiramaboni@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3772795915846881>

Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: camila.rodrigues.ufrj@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0553713185190974>

Celson Roberto Canto-Silva: Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

E-mail: celson.silva@poa.ifrs.edu.br

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0403780115544325>